

Diretor da FJSN sugere mais critério para os incentivos às empresas

Defendendo a concessão de incentivos para setores industriais carentes no Estado, o economista Sebastião José Ballarini, professor da Universidade Federal do Espírito Santo e diretor da Fundação Jones Santos Neves (FJSN), disse que "não adianta planejar incentivos aqui no Estado, sem que a medida seja aprovada em consenso por todos os Estados".

Citou problemas decorrentes da concessão de incentivos e atendo-se ao processo de triagem que julga necessário para o benefício, questiona: "Como é que o governo está se a indústria quer se instalar por vontade própria ou pelo governo?"

SOLUÇÃO

Para ele, a solução desse impasse é não conceder incentivos indiscriminadamente, favorecendo-se setores frágeis no Estado, em detrimento daqueles já fortalecidos e produtivos. Julga os incentivos sob o ponto de vista de que, quanto mais indústrias se instalarem no Estado mais empregos serão gerados.

Salienta que a região do Centro Industrial de Vitória corresponde a incentivos que se somam a outros mecanismos existentes para favorecer a ocupação industrial. Conforme pensa, a concessão de incentivos tem que obedecer a critérios seletivos, admitindo-se perigo no processo. Lembra-se também que a não concessão para determinado industrial realmente necessitado provoca efeito contrário.

BENEFÍCIOS

Segundo comentou as vantagens na captação de novas indústrias é a absorção de mão de obra e de outros beneméritos que darão reflexos no movimento do comércio e, conseqüentemente, maior oferta de mão de obra para este setor.

Ressalvou os casos de grandes projetos totalmente mecanizados e que dispensam a mão-de-obra humana. "Nestes casos os projetos ganham os incentivos e não contribuem de forma conveniente com as necessidades do Estado. O incentivo deve ser concedido na medida em que a indústria que vier a se instalar corresponda gerando mão-de-obra", frisou.

GUERRA

"No caso específico do Estado, é bom lembrar que para se formar novos modelos para incentivar a entrada de novas indústrias, é necessário permissão de outros Estados. Justamente a formação do Conselho de Política Fazendária (Confaz), veio a disciplinar a concessão de incentivos e por isso as decisões neste sentido tem caráter global, devendo haver consenso de todos os Estados", finalizou.

Soneghet acha que o apoio depende de contrapartida

O secretário da Fazenda, Orestes Secomandi Soneghet, não havia recebido até ontem a orientação do governador do Estado, Eurico Rezende, quanto a formulação de novo modelo de incentivo às indústrias. A isenção de ICM, como forma de participação acionária do Estado nas indústrias, é um dos pleitos da Federação das Indústrias que o governador prometeu estudar.

Em resposta lacônica a questionamentos sobre o assunto, o secretário se limitou a expressar a sua opinião, defendendo os incentivos, mas com algumas restrições.

Visando o incremento da receita do Estado, Soneghet já combateu por diversas vezes a concessão de incentivos de ICM. Já disse também que a recuperação econômica do Estado depende exclusivamente do fim gradual dos incentivos já concedidos por governadores anteriores. Porém, defende a tese de que estes "deveriam ser mais restritos e com exigências de retorno de ICM".